

**DECRETO Nº 45.785, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

**DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À RECONDUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA DO ESTADO AO LIMITE FIXADO PELO SENADO FEDERAL.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na forma da legislação em vigor, tendo em vista o que consta no processo nº E-01/067/1624/2016,

**CONSIDERANDO** a necessidade da recondução do Limite da Dívida Consolidada Líquida, conforme disposto no art. 31 da Lei Complementar nº [101](#), de 04 de maio de 2000,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Este Decreto dispõe sobre as medidas a serem inicialmente tomadas com vistas a reconduzir a dívida consolidada do Estado ao limite fixado pelo Senado Federal com base no artigo 52, inciso VI da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** - No prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Decreto as Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão, apresentarão avaliação dos efeitos das medidas previstas neste decreto acompanhadas, se for o caso, da proposição de medidas adicionais.

**Art. 2º** - Fica proibida a realização de operações de crédito, internas ou externas, inclusive por antecipação de receita, incluindo a assunção de compromisso e a confissão de dívida.

**§ 1º** - A Secretaria de Estado de Fazenda analisará todas as operações de crédito contratadas antes da entrada em vigor do presente Decreto a fim de verificar se sua rescisão antecipada acarretará ônus financeiro superior ao ônus decorrente do prosseguimento de sua execução, e após ouvir a Secretaria ou entidade interessada na continuidade da operação, apresentará à Casa Civil proposta conclusiva quanto à sua manutenção, renegociação ou rescisão.

**§ 2º** - Não se considera confissão de dívida a celebração de acordos para pagamento de débitos do Estado cuja existência e montante não seja objeto de questionamento.

**Art. 3º** - Ficam suspensas, por 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do presente Decreto, novas liberações para movimentação de empenho das despesas de manutenção previstas e classificadas no grupo de gasto L2.

**§ 1º** - A suspensão de liberação para movimentação de empenho, não se aplica à:

**I** - Secretaria de Estado de Educação e demais entidades que, ainda que não vinculadas a essa Secretaria, executem despesas necessárias ao cumprimento dos índices de Educação previstos na Constituição Federal;

**II** - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e suas vinculadas;

**III** - Secretaria de Estado de Segurança e suas vinculadas;

**IV** - Secretaria de Estado de Saúde e suas vinculadas;

**V** - Secretaria de Estado de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar;

**VI** - As Instituições que exercem funções essenciais à Justiça.

**§ 2º** - A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e a Secretaria de Estado de Fazenda apresentarão estudo, até o fim do prazo de suspensão, sobre a manutenção ou modificação da limitação de empenho de que trata este artigo.

**§ 3º** - Caso a limitação de que trata este artigo impeça a prorrogação de contrato reputado imprescindível, o Secretario de Estado interessado formulará pedido dirigido ao Governador, indicando de forma motivada, a despesa específica que pretende ser empenhada.

**Art. 4º** - Os servidores requisitados de outros entes federativos, bem como, de órgãos integrantes de suas Administrações Indiretas, serão devolvidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação do presente Decreto, com exceção dos servidores requisitados:

**I** - ocupantes dos cargos de símbolo SE, SS, SA, DG/CG, PR, VP;

**II** - sem ônus para o Tesouro Estadual;

**III** - em exercício na Governadoria do Estado ou na Casa Civil.

**Art. 5º** - Fica vedado o provimento de cargos em comissão e a designação para funções de confiança que estejam vagos na data da publicação deste Decreto.

**Art. 6º** - Fica vedada a transformação de cargos em comissão.

**Art. 7º** - A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e a Secretaria de Estado de Fazenda apresentarão, no prazo de 60 (sessenta) dias, estudo para definir cronograma para o pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, no âmbito da folha de pagamento, de acordo com a realidade orçamentária-financeira.

**Art. 8º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2016.

**FRANCISCO DORNELLES**